

<p><b>FUNDAÇÃO ODEBRECHT</b></p> <p>ASSESSORIA DE IMPRENSA</p>	<p><b>AQUI SALVADOR</b></p>		
<p><b>CORREIO DA BAHIA</b></p>	<p>PÁGINA 6</p>	<p>DATA 23/10/2006</p>	<p>COMENTÁRIOS</p>
<p>LEITOR PREFERENCIAL</p>			

### **DIS Cidadão facilita emissão de documentos**

Um dia para resgatar a cidadania. Assim foi o domingo na cidade de Nilo Peçanha, localizada na região do baixo sul da Bahia, onde se realizou a edição do DIS Cidadão.

O evento tem como objetivo facilitar à população carente daquela região do estado o acesso à emissão da documentação civil básica – carteira de identidade, CPF, carteira de trabalho e certidão de nascimento. Na região, estima-se que 20% a 30% dos 260 mil habitantes não possuam qualquer documentação civil. Realizado pelo Instituto Direito e Cidadania (IDC), o evento tem como foco o Dia Nacional de Mobilização de Registro Civil, comemorado no próximo dia 25, quarta-feira. Mais de 200 voluntários foram mobilizados para atender à demanda de cerca de 14 mil habitantes de Nilo Peçanha.

De acordo com o último estudo de Registro Civil do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2004, a Bahia teve um índice de sub-registro 16,4% do total de nascidos vivos. Um índice um pouco abaixo da média nacional (16,4%), mas bem distante dos estados com melhores indicadores, São Paulo (4,6%), e o Distrito Federal (0,6%).

Aos 51 anos, a lavradora Maria de Lourdes ainda não possuía uma certidão de nascimento. “É um sonho ter minha certidão de nascimento. Me sentir como gente”, afirma. No DIS Cidadão, ela descobriu que por conta de sua idade teria que entrar com uma ação de assentamento de registro civil na Justiça. A legislação faz esta determinação a quem possui mais 12 de anos de idade. A ação para o registro de Maria de Lourdes será feita por uma das advogadas do IDC, Thiara Caroline. “Nós fazemos um trabalho de mediação entre esta população carente e a Justiça. Normalmente estas pessoas não teriam um outro meio de ter uma documentação própria porque simplesmente não sabem para a quem procurar”, diz a advogada.

O IDC faz parte do Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Baixo Sul da Bahia – (DIS Baixo Sul), uma parceria entre o governo do estado da Bahia, a Associação de Municípios do Baixo Sul (Amubs), a Fundação Odebrecht e o Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Baixo Sul.

Em funcionamento, desde outubro de 2002, o IDC já realizou mais de 128 mil atendimentos no baixo sul, nos 11 municípios que compõem a região – Cairu, Camamu, Ibirapitanga, Igrapiúna, Ituberá, Maraú, Nilo Peçanha, Piraí do Norte, Presidente Tancredo Neves, Taperoá e Valença.

O trabalho é estruturado em dois grandes programas: Educação para a Cidadania e Balcão de Direitos. O primeiro visa à conscientização das comunidades ao oferecer espaços para discussões de problemas junto ao poder público. Já o segundo tem como

objetivo facilitar o acesso da comunidade à emissão de documentos, atendimento jurídico e social.

Ele possui três unidades fixas nas cidades de Taperoá, Camamu e Presidente Tancredo Neves. “Nós também realizamos ações itinerantes mensais nas 11 cidades da região, principalmente nos povoados, onde a demanda por este tipo de serviço é maior”, explica a diretora-executiva, Liliana Leite.